

STJ00118839

TERESA ARRUDA ALVIM  
EDUARDO TALAMINI  
COORDENADORES

# ARBITRAGEM E EXECUÇÃO

DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS, PODERES DO ÁRBITRO  
E LIMITES SUBJETIVOS

**CAIO CÉSAR BUENO SCHINEMANN**

*Prefácio*

**PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON**

Coleção

**Liebman**

Idealizador

**Arruda Alvim**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quênia Becker

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Ana Carolina Francisco

*Estagiária:* Aline Pavanelli

*Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital*

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Jéssica Viana Bezerra

*Analistas de Operações Editoriais:* Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Meihado Navarra

*Analistas de Qualidade Editorial e ProView:* Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Carolina Ferreira, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

*Copo:* BÉ/ON Comunicação

*Adaptação capa:* Arieli Villalba e Cinthia Riveros

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista e Jéssica Maria Ferreira Bueno

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Schinemann, Caio César Bueno

Arbitragem e execução : divisão de competências, poderes do árbitro e limites subjetivos / Caio César Bueno Schinemann ; coordenação Teresa Arruda Alvim ; Eduardo Talamini; idealizador Arruda Alvim *(in memoriam)*. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-260-1981-8

1. Arbitragem (Direito) - Brasil 2. Arbitragem (Direito)- Leis e legislação - Brasil 3. Execução (Direito) - Brasil I. Alvim, Teresa Arruda. II. Talamini, Eduardo. III. Título.

23-170873

C.D.U.-347.918

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Arbitragem e execução : Direito processual civil 347.918  
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária- CRB-1/3129

## SUMÁRIO

SOBRE A COLEÇÃO LIEBMAN.....	5
NOTA DO AUTOR.....	7
PREFÁCIO .....	9
INTRODUÇÃO.....	17
Justificativa.....	18
Delimitação do tema.....	20
Hipótese .....	20
Premissas metodológicas: a arbitragem na teoria geral do processo e o Código de Processo Civil como fonte subsidiária do processo arbitral.....	21

### PARTE I – DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE JUIZ E ÁRBITRO NA EXECUÇÃO JUDICIAL RELACIONADA À ARBITRAGEM

1. DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE JUIZ E ÁRBITRO NA TUTELA DO EXEQUENTE: PROMOÇÃO DE ATOS EXECUTIVOS .....	27
1.1. Aspectos procedimentais da propositura e desencadeamento da execução....	27
1.2. Competência para definição das medidas executivas a serem adotadas .....	28
1.3. Liquidez da sentença arbitral como requisito à tutela executiva .....	31
1.4. Obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa .....	34
1.5. Fixação de astreintes pelo árbitro .....	37
1.6. Execução pelo resultado prático equivalente.....	40
1.7. Conversão em perdas e danos.....	42
1.8. Tutela provisória na execução relacionada à arbitragem .....	44
1.9. Cumprimento da sentença arbitral contra a Fazenda Pública .....	46
1.10. Carta arbitral .....	48
1.11. Execução em favor do árbitro .....	50
2. DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE JUIZ E ÁRBITRO NA TUTELA DO EXECUTADO: ASPECTOS GERAIS DO CONTRADITÓRIO NA EXECUÇÃO RELACIONADA À ARBITRAGEM .....	55

2.1.	Defesa do executado como demanda e objeção: repercussões sobre a arbitragem .....	56
2.2.	Critério para a divisão de competência entre juiz e árbitro na defesa do executado: potencialidade de formação de coisa julgada .....	58
2.2.1.	Cognição e coisa julgada nos embargos à execução e na impugnação ao cumprimento de sentença .....	58
2.2.2.	Cognição e coisa julgada na defesa via simples petição .....	59
2.2.3.	Cognição e coisa julgada na defesa via exceção de pré-executividade .....	59
2.3.	Suspensão da execução relacionada à arbitragem a partir da defesa do executado .....	63
3.	<b>DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE JUIZ E ÁRBITRO NAS ESPÉCIES DE DEFESA DO EXECUTADO</b> .....	69
3.1.	Impugnação ao cumprimento de sentença .....	69
3.1.1.	Dedução de matéria relativa às anulabilidades da sentença arbitral .....	69
3.1.2.	Falta ou nulidade de notificação .....	69
3.1.3.	Ilegitimidade da parte .....	71
3.1.4.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação .....	72
3.1.5.	Penhora incorreta ou avaliação errônea .....	74
3.1.6.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	75
3.1.7.	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	75
3.1.8.	Causas modificativas ou extintivas da obrigação supervenientes à sentença: prescrição.....	77
3.1.9.	Inexigibilidade da obrigação veiculada na sentença arbitral decorrente de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal .....	79
3.1.9.1.	Vinculação do árbitro às decisões de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal e possibilidade de controle judicial.....	79
3.1.9.2.	Inaplicabilidade do art. 525, § 12, do CPC à sentença arbitral.....	82
3.2.	Embargos à execução.....	86
3.2.1.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação .....	87
3.2.2.	Penhora incorreta ou avaliação errônea .....	87
3.2.3.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	87
3.2.4.	Retenção por benfeitorias .....	89
3.2.5.	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução.....	93
3.2.6.	Qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento: prescrição .....	93

3.3.	Defesa via simples petição .....	95
3.4.	Exceção de pré-executividade .....	97
4.	<b>PRAZO E FORMA DAS DEFESAS DO EXECUTADO NA EXECUÇÃO RELACIONADA À ARBITRAGEM</b> .....	101
5.	<b>FUNDAMENTOS ATÍPICOS DE DEFESA DO EXECUTADO DIANTE DA SENTENÇA ARBITRAL</b> .....	105
5.1.	Inexistência de “sentença” arbitral .....	105
5.2.	Quebra atípica (“relativização”) da coisa julgada arbitral .....	106

## PARTE II – POSSIBILIDADE DE SATISFAÇÃO DE PRETENSÃO INSATISFEITA DIRETAMENTE PELO ÁRBITRO

6.	<b>DE LEGE FERENDA: POSSIBILIDADE E PERTINÊNCIA DE ATRIBUIÇÃO DE PODERES EXECUTÓRIOS AOS ÁRBITROS</b> .....	113
6.1.	Perspectiva geral da execução das decisões arbitrais no direito comparado: equiparação à execução de decisões judiciais .....	113
6.2.	Aparentes exceções que confirmam o modelo geral de execução relacionada à arbitragem: Chile, Peru e Colômbia .....	115
6.3.	Exceções ao modelo geral de execução das decisões arbitrais .....	117
6.3.1.	Tentativa portuguesa de atribuição de poderes executórios aos árbitros .....	117
6.3.2.	Modelo equatoriano de execução de medidas cautelares diretamente pelo árbitro .....	118
6.4.	Impertinência das propostas de alteração do regime jurídico da arbitragem no Brasil para a atribuição de amplos poderes executórios aos árbitros .....	119
7.	<b>DE LEGE LATA: POSSIBILIDADE DE EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES PELO ÁRBITRO A PARTIR DA ORDEM JURÍDICA VIGENTE</b> .....	123
7.1.	<i>Imperium</i> do árbitro na ordem jurídica vigente .....	123
7.1.1.	<i>Imperium</i> em sentido estrito: <i>imperium merum</i> (puro) como monopólio do Estado .....	124
7.1.2.	<i>Imperium</i> em sentido amplo: jurisdição como ato de império, inclusive quando exercida pelo árbitro .....	124
7.1.3.	<i>Imperium</i> em seu aspecto intermediário: <i>imperium mixtum</i> (médio) como poder detido pelo árbitro .....	125
7.1.4.	Parcela de <i>imperium</i> detida pelo árbitro e a possibilidade de atuar com força jurídica, ainda que não atue com força física .....	126
7.2.	Tutela constitutiva como mecanismo de implementação de decisões pelo árbitro .....	127
7.3.	Sub-rogação ideal pelo árbitro .....	130

7.3.1.	Autotutela assistida como mecanismo de sub-rogação ideal pelo árbitro.....	133
7.3.2.	Garantias autoexecutáveis.....	135
7.3.3.	Compensação.....	138
7.3.4.	Compensação e Fazenda Pública.....	142
7.3.5.	Pagamento por terceiro economicamente interessado na arbitragem.....	146
7.3.6.	Concessão de reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos públicos e privados.....	148
7.3.7.	<i>Smart contracts</i> .....	150
7.4.	Execução indireta para além das astreintes.....	152
8.	<b>ANÁLISE DE REGULAMENTOS DE CÂMARAS ARBITRAIS.....</b>	<b>157</b>
8.1.	Câmara Nacional de Resolução de Disputas da CBF.....	157
8.2.	Disposições relacionadas ao descumprimento de decisões em Regulamentos de outras Câmaras Arbitrais.....	159
8.2.1.	Divulgação de partes que descumpriram a sentença arbitral.....	159
8.2.2.	Sanções relacionadas à filiação a associações e entidades de classe .....	160
8.2.3.	Alocação de custos da arbitragem.....	160
8.2.4.	Vedação à instauração de arbitragem na Câmara em caso de prévio descumprimento de sentença arbitral.....	160
8.2.5.	Veiculação na sentença de diretrizes a facilitar a futura execução da sentença.....	161
8.2.6.	Execução da decisão pelo árbitro.....	161
9.	<b>ASPECTOS PROCESSUAIS DA SISTEMÁTICA DE EFETIVAÇÃO DE DECISÕES ARBITRAIS PROPOSTA.....</b>	<b>163</b>
9.1.	Manutenção da jurisdição da Câmara arbitral para os atos de satisfação do direito.....	163
9.2.	Operacionalização dos atos de satisfação do direito na arbitragem após a prolação da sentença arbitral.....	164
9.3.	Coexistência de atos de implementação da decisão pelo árbitro com a execução pelo Judiciário.....	165
9.4.	Controle judicial dos atos de satisfação de direito pelo árbitro.....	166

### PARTE III – LIMITES SUBJETIVOS NA EXECUÇÃO RELACIONADA À ARBITRAGEM

10.	<b>LEGITIMIDADE DO TERCEIRO NA EXECUÇÃO RELACIONADA À ARBITRAGEM.....</b>	<b>173</b>
10.1.	Espólio, herdeiros e sucessores <i>causa mortis</i> .....	174

10.2. Feador.....	174
10.3. Obrigações solidárias.....	176
10.4. Sub-rogação legal ou convencional.....	178
10.5. Transferência voluntária da situação substantiva.....	178
<b>11. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....</b>	<b>181</b>
11.1. Extensão subjetiva da cláusula compromissória diante de pedido de desconsideração da personalidade jurídica.....	181
11.2. Inadequada solução conferida pelo STJ no caso Continental.....	183
11.3. Desconsideração da personalidade jurídica atributiva na arbitragem.....	185
11.4. Extensão objetiva da cláusula compromissória diante da alegação de abuso da personalidade jurídica.....	187
11.5. Demanda autônoma contra o terceiro perante o Poder Judiciário enquanto pendente a arbitragem.....	189
11.6. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica no cumprimento de sentença arbitral.....	192
<b>12. FRAUDE À EXECUÇÃO.....</b>	<b>195</b>
12.1. Termo inicial da fraude à execução referente ao processo arbitral.....	196
12.2. Competência para reconhecimento da fraude à execução.....	197
12.3. Caracterização da fraude à execução diante do sigilo dos processos arbitrais.....	198
12.4. Protesto judicial contra a alienação de bens.....	202
<b>13. ARBITRAGEM E EXECUÇÃO IMPRÓPRIA.....</b>	<b>207</b>
13.1. Arbitragem e registros imobiliários.....	211
13.1.1. Eficácia imediata das decisões arbitrais perante os registros imobiliários.....	211
13.1.2. Hipoteca judiciária.....	212
13.2. Arbitragem e Cartórios de Títulos e Protestos.....	214
13.2.1. Sustação e cancelamento de protesto determinado por decisão arbitral.....	214
13.2.2. Protesto da sentença arbitral.....	216
13.3. Arbitragem e acordos de acionistas.....	217
<b>14. PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS DE ARBITRAGEM.....</b>	<b>221</b>
Conclusão.....	222
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>227</b>